

IMAGENS IDENTITÁRIAS OU NARRATIVAS PARTILHADAS DE MUDANÇA? CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA ASSOCIADA AO ENSINO DE HISTÓRIA

Rosana Ulhôa Botelho¹

No calor da hora: a problemática das cotas e a pesquisa em sala de aula

As iniciativas pioneiras de algumas universidades e de setores ligados à formulação de políticas públicas educacionais favoráveis à implantação de um sistema de cotas em universidades públicas para segmentos “étnicos” da população estudantil alimentam um debate público acalorado sobre a sua legitimidade num país cujo mito da democracia racial é instituidor da nacionalidade. A questão é debatida entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, formuladores de políticas públicas e integrantes de organizações não governamentais, sob diferentes óticas e induzindo à formação de articulações seja em direção favorável às cotas seja em direção contrária à sua institucionalização.

Seminários periódicos envolvendo a discussão de experiências correlatas em outros países - notadamente nos EUA - aproximam os pesquisadores dos ativistas e propiciam oportunidade de fertilização do debate. Chamamos a atenção, a título de exemplo, para dois eventos importantes que discutiram o tema: o seminário “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, organizado pelo Departamento de Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça em 1996, cujos trabalhos foram publicados em 1997; e o seminário internacional “Promovendo a Igualdade Racial: um Diálogo sobre Políticas”, organizado em abril de 2005, sob os auspícios da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em articulação com a OIT e o PNUD. Considerando que no transcurso desse período, outros certames foram organizados, é de se observar que o espaço de quase uma década entre dois eventos desse porte indica o quanto a questão, para se transformar em objeto de políticas públicas educacionais, precisou ser debatida no plano interno e, ainda, mediante articulações internacionais.

Polarizado em posições antagônicas em alguns meios, o debate sobre as cotas tem sido fértil em outros, sendo acompanhado de experiências concretas que aí estão para testar a pertinência das chamadas ações afirmativas (ou discriminação reversa, como querem alguns), permitindo aquilatar o valor das diversas fórmulas

¹ Doutora em História pela Universidade de Brasília. Professora do Curso de Graduação em História do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. E-Mail: <rosana.ulhoa@terra.com.br>. Este artigo decorre da pesquisa *Cotas e Cidadania*, apoiada pelo UniCEUB, e teve uma versão preliminar apresentada no VII Seminário Nacional o Uno e o Diverso na Educação Escolar, em Uberlândia, realizado nos dias 8 e 9 de novembro de 2006.

em processo de experimentação². A diversidade de experiências constitui oportunidade profícua de enfrentar um problema que foi, durante muito tempo, tangenciado e negligenciado pelas políticas públicas brasileiras. Por isso, debatê-lo no cotidiano da vida acadêmica constitui tarefa que requer criatividade e abertura para o diálogo, exigências que guiaram a realização da pesquisa *Cotas e Cidadania*, aqui apresentada.

Trata-se de uma experiência de pesquisa associada à prática pedagógica em sala de aula, realizada com o objetivo de testar possibilidades de abordagem do preconceito de uma forma mais profícua, capaz de gerar conhecimento ao invés de simples reafirmação de opiniões e atitudes normativas. Partindo de uma enquete preliminar junto aos alunos de algumas turmas dos cursos de História e de Direito, no segundo semestre de 2004, o trabalho prosseguiu no segundo semestre de 2005 com integrantes de duas turmas da disciplina *Ética, Cidadania e Realidade Brasileira II*, que agrega alunos de todos os cursos ministrados no Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Na ocasião, foram adotados os seguintes procedimentos: os professores convidaram seus alunos a fazerem o exercício de construir uma série de argumentos favoráveis ao sistema de cotas nas universidades e, em seguida, construir outra série de argumentos, mas em sentido desfavorável³. Nas etapas subseqüentes, em 2005, acrescentei a opção dos participantes indicarem o estado atual em que se encontravam frente à questão: ainda sem opinião formada, mas tendendo a adotar uma delas, ou já francamente posicionados. Isso porque, durante os debates nas turmas que vivenciaram as fases iniciais da pesquisa, ficou evidente que o exercício de construção dos argumentos em sentidos opostos incitava os alunos a pensarem sobre a “formação de uma opinião própria”, ou “opinião sustentada por argumentação consistente”, nos termos usados por alguns dos que se sentiram interpelados pelo desafio.

Tais procedimentos visavam criar um espaço para o debate de aspectos que estimulassem os estudantes a refletir sobre a sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, a reconhecer os elementos constituintes da sua *identidade* como cidadãos. Nessa ótica, o momento de análise das informações obtidas com a pesquisa deveria também ser compartilhado com os alunos, o que foi realizado com duas turmas em 2005.

Sintetizando os argumentos em frases curtas, construímos tabelas que permitiram aos alunos visualizar a relação percentual entre os favoráveis e os desfavoráveis às cotas. Contudo, o trabalho de análise não se limitou a identificar a relação entre posições majoritárias e minoritárias, pois, ao levá-las em consideração, nosso

² Usamos livremente o termo cotas, pois a idéia era trabalhar com os termos que são utilizados na discussão cotidiana, sem a preocupação com a linguagem técnica. Optamos, ainda, por focalizar as opiniões relativas às cotas para afro-descendentes, considerando que essa é uma questão bastante sensível na discussão atual relativa aos diversos “segmentos” da população estudantil que são focalizados pelas políticas de inclusão.

³ Nessa fase, contamos com a colaboração de Maria Inês M. Castro, professora do Curso de Licenciatura em História, e dos professores do Curso de Direito que foram meus alunos no Programa de Mestrado em Direito das Relações Internacionais: Altair Stemler da Veiga, Carlos Alberto de Simões Tomaz e Salomão Almeida Barbosa, aos quais agradeço imensamente a dedicação.

interesse residiu em focalizar elementos de nossa *cultura política comum* e provocar uma análise dos valores subjacentes a ela.

A inspiração para esse tipo de exercício analítico advém de nossas afinidades com as concepções epistemológicas que problematizam a tradição objetivista e sua pretensão de entender a sociedade à luz de dispositivos que a transcendam (algo equivalente ao “olhar de Deus”). De forma especial, as formulações de Richard Rorty sobre a relação entre *objetividade e solidariedade* nos pareceram especialmente adequadas ao debate do caso em tela, que mobiliza tantos afetos e crenças, pois o autor entende que

*o desejo por objetividade não é o desejo de escapar das limitações de uma determinada comunidade, mas simplesmente de alcançar maior concordância intersubjetiva possível, o desejo de estender a referência do pronome ‘nós’ tão longe quanto possível.*⁴

Em nosso modo de ver, autores identificados com outras correntes epistemológicas também participam desse esforço contemporâneo de revitalizar as condições de diálogo e de respeito mútuo, tais como, Charles Taylor, Jürgen Habermas e Richard Sennet. Nessa perspectiva, que abriga intervenções variadas em direção à construção de sociedades tolerantes, hospitaleiras e capazes de sustentar transformações que visem à equidade, o conhecimento não está desvinculado do trabalho sustentado de amadurecimento formativo, realizado pelo caminho do diálogo. Trabalho árduo, muitas vezes fadado a permanecer apenas no plano das formulações normativas ou no jargão instaurado pelos modismos em todos os âmbitos.

Controvérsias e valores compartilhados

Retomando a narrativa da experiência, vamos examinar os debates decorrentes da análise de duas tabelas relativas ao trabalho feito com uma turma da disciplina Ética, Cidadania e Realidade Brasileira II. Os argumentos favoráveis às cotas foram agrupados nas expressões contidas na tabela I e os desfavoráveis na tabela II. Dispensamos o tratamento estatístico das demais informações obtidas tanto porque a escala em que foram produzidas não justifica tal procedimento, como (e principalmente) porque valorizamos a papel da narrativa na construção de uma história compartilhada de mudanças.

Com a tabela em mãos, divididos em pequenos grupos, os estudantes foram informados dos procedimentos usados na transformação do que haviam feito antes em informações computáveis⁵. Mediante a leitura de trechos selecionados dos argumentos construídos na primeira parte da pesquisa, mostramos o trabalho de síntese que permitiu a montagem de tabelas numéricas e exploramos maneiras de atribuir significado aos dados. Assim, além de perceberem diferenças quantitativas, os alunos foram orientados para ajustar o foco da análise em questões que diziam

⁴ RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, p. 39.

⁵ O trabalho de preparação dos dados em tabelas foi feito por dois alunos de História que se engajaram em projetos de iniciação científica sob nossa orientação: Maria Angélica da Silva e Humberto Lins Correia.

respeito aos objetivos da pesquisa, atentando para os sentimentos que estavam mais ligados a cada tipo de argumento (medo ou esperança nos efeitos das cotas?), saberes ou crenças subjacentes (“diagnósticos” da situação social e da história do país, por exemplo).

TABELA I - RELAÇÃO DOS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS AO SISTEMA DE COTAS

| ARGUMENTOS FAVORÁVEIS AO SISTEMA DE COTAS | N |
|--|-----------|
| Equipara oportunidades/diminui disparidades | 26 |
| É uma forma de reparar uma dívida histórica/ fazer justiça | 6 |
| É uma Forma de inclusão (social) | 20 |
| Diminui o preconceito | 4 |
| Incentiva os negros para o ensino universitário | 4 |
| Amplia a diversidade na universidade | 2 |
| Amplia a auto-estima | 2 |
| TOTAL | 64 |

Fonte: pesquisa Cotas e Cidadania

Depois dos trabalhos em grupo, fizemos uma “rodada” de forma a que o debate pudesse se dar entre todos da turma. Com as tabelas desenhadas no quadro, mediamos a discussão de forma a não perder de vista o foco escolhido. As descrições a seguir dão uma medida do trabalho analítico que foi propiciado nesse processo. Alertamos, contudo, que experiências desse tipo são vividas e apreendidas de variadas formas. O entusiasmo de alguns estudantes, o brilho nos olhos (indicador de *insights?*), manifestações explícitas de gosto pelo raciocínio analítico e de compreensão dos procedimentos adotados no processo, reforçam nossa aposta na abertura de um campo de possibilidades, mesmo sabendo que o desinteresse e o ceticismo também estiveram presentes.

Ao mediar o debate em torno da tabela I, evidenciamos que os argumentos favoráveis às cotas sustentam-se, predominantemente, na sua afirmação como mecanismo de equalização de oportunidades, de redução das disparidades e de inclusão social. Poucas vezes mencionado nos argumentos escritos, o *preconceito* foi admitido nos debates em classe, tendo ficado explícito que o medo do acirramento do preconceito, expresso na argumentação contrária às cotas, é pouco considerado pelos que as defendem. Para estes, trata-se, primeiramente, de focalizar a desigualdade relativa à cor ou à raça (este termo é usado com frequência também).

Como o trabalho não visava discutir a consistência lógica dos argumentos (o que deslocaria o foco da temática proposta, introduzindo a questão da diferença entre opinião e argumentação), direcionamos o debate para os *aspectos mais frequentemente focalizados*, os quais podem ser vistos nas frases abaixo, que

complementam a tabela trazendo um pouco do tom e do estilo dos alunos. Assim, a defesa das cotas se liga aos seguintes aspectos:

- “(...) chama a atenção da sociedade para a inclusão do negro no sistema educacional (...)”;
- “(...) propicia mobilidade social”;
- “ (...) reduz a desigualdade de concorrência por uma vaga”;
- “(...) insere o negro no ensino superior”;
- “(...) propicia o enriquecimento humano na academia”;
- “[permite a] valorização da diversidade cultural”;
- “(...) é uma maneira de quitar a dívida com os negros”;
- “(...) é uma maneira de diminuir a disparidade social”;
- “(...) um belo início para a luta contra os absurdos do preconceito”;
- “(...) dá mais oportunidades aos descendentes dessa raça”.

Examinando os trechos selecionados, discutimos os afetos que lhes são implícitos e, no transcurso dos debates, retivemos a frase “aposta numa *transformação positiva*” como expressão do sentimento que guia os argumentos/ opiniões favoráveis às cotas para estudantes negros em universidades.

Já a seleção de frases abaixo, permite indicar a presença do sentimento de preocupação com presumidos efeitos negativos dessa política ou com as dificuldades de sua implementação.

- - “(...) o sistema de cotas trouxe um agravamento do preconceito sobre o negro já dentro da universidade”;
- - “(...) a forma de classificação da cor é complicada num país totalmente miscigenado (...)”;
- - “[as cotas podem levar]ao sectarismo dentro da universidade”;
- - “[a adoção desse sistema] dá conotação pejorativa ao beneficiado pela cota”;
- - “(...) é um tapa buracos, que deixa os “direitos iguais” no fundo do lixo”;
- - “(...) esse sistema afirma ou cria mais desigualdades entre os cidadãos de um mesmo país”;
- - “(...) é uma forma de legitimação do preconceito, do racismo e da deficiência do ensino público”;
- - “(...) é pouco abrangente (não inclui a maioria dos alunos que estudaram em escolas públicas)”;
- - “Ao tentar diminuir a discriminação, as autoridades estão tentando disseminar nas pessoas um sentimento de raiva e disputa”;
- - “(...) carece de um sistema para custear os alunos beneficiados pelas cotas”;
- - “(...) outros estratos da sociedade que não têm condições ficam de fora dessa oportunidade”.

Mais numerosas do que as anteriores, tais frases indicam os aspectos comumente selecionados para expressar a opinião desfavorável, atestando a vigência de um *medo* que se expressa como *medo do acirramento do preconceito*. Ao lado disso, encontra-se uma predisposição ao apoio de medidas de equalização de oportunidades que atinjam aos *segmentos desfavorecidos*, independente de etnia.

TABELA II - RELAÇÃO DOS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS AO SISTEMA DE COTAS

| ARGUMENTOS CONTRÁRIOS AO SISTEMA DE COTAS | N |
|--|-----------|
| Agrava o preconceito/reitera a discriminação contra os negros | 34 |
| Apresenta dificuldades na classificação | 6 |
| Solução imediatista / “tapa buracos”/disfarce | 6 |
| É ineficaz | 5 |
| Quebra o princípio da isonomia | 5 |
| Agrava a injustiça com outros segmentos pobres/gera desigualdade | 16 |
| Gera oportunismo | 3 |
| É racista | 4 |
| Não reconhece o mérito | 4 |
| TOTAL | 83 |

Fonte: pesquisa Cotas e Cidadania

O preconceito e a injustiça, como se viu, foram deplorados de forma mais forte do que o imediatismo das medidas, o racismo, o não reconhecimento do mérito acadêmico e os problemas relativos à classificação “cromática” numa sociedade matizada como a nossa. Interessante observar que, quando se menciona etnia, o mito das três raças molda o campo de visão. Apontamos isso aos alunos, ao nos defrontarmos com o seguinte trecho selecionado: “o negro e o índio foram os que, por último, ganharam algo e os que até hoje menos receberam”.

Poucos foram os que declararam não ter ainda uma opinião formada, colocando-se abertos à consideração dos argumentos em disputa. Houve também manifestações que atestaram uma mudança de opinião motivada pela discussão pública do tema nos últimos tempos. Observamos que as justificativas que informam a discussão do tema em diversos meios foram usadas e expressões tais como, “o saldo da dívida histórica” ou a “incompatibilidade com o princípio da isonomia” emergem como “marcadores de posição”. Mas, desde o trabalho preliminar realizado em 2004, procurávamos fugir da armadilha de permanecer no terreno da *constatação do mesmo*, isto é, das tendências já observadas em vários setores da sociedade “mapeados” pelos grandes institutos de pesquisa. Como já foi dito, o objetivo que nos guiou foi o de propiciar o exame, pelos alunos, dos pressupostos tácitos e dos quadros compartilhados de mundo que funcionam como referências para as opiniões sustentadas sobre o tema e de refletir sobre a produção de saberes

históricos em contextos que desestabilizam o poder simbólico dos mitos instituidores de nacionalidade.

Como tivemos a oportunidade de ver no transcurso dos debates travados durante o exame das informações da pesquisa pelos alunos, mesmo os estudantes que se manifestaram utilizando argumentos contrários à adoção de cotas para estudantes negros admitiram a vigência do *preconceito* em amplos setores da sociedade brasileira. Quando interpelados por colegas de posição contrária (mais afeitos a denunciar a democracia racial como uma “farsa” ou uma “hipocrisia”), argumentavam indicando que o preconceito, entre nós, não impediria a mistura de “raças”, fato que inviabilizaria as classificações exigidas pelo sistema de cotas. O caso americano freqüentemente veio à tona nos debates, conectado de duas formas: seja como exemplo a não ser imitado devido às nossas diferenças na maneira de lidar com o preconceito, seja como inspiração, principalmente por que “lá” não haveria o acobertamento ou a hipocrisia aqui vigente. Quando a esse aspecto, procuramos incentivar a curiosidade pela pesquisa mais atenta às nossas idealizações de país e aos “saberes históricos” que emergem do senso comum.

Vimos que as controvérsias acerca das cotas dizem respeito a diferentes percepções sobre quais as políticas públicas mais capazes de promover a *inclusão*. Portanto, o mesmo objetivo estaria no centro das controvérsias. Indagados sobre a possível existência de valores comuns, os estudantes reconheceram que compartilhamos exigências de *justiça social*.

Pesquisa, prática pedagógica e geração de saberes históricos

Numa pesquisa com as características já relatadas, que se alia à prática pedagógica em sala de aula, o mais instigante é o *processo* instaurado em classe, que propiciou um conjunto de circunstâncias favoráveis ao exercício de análise de uma questão à luz de diferentes perspectivas. A mediação do professor, neste caso, foi inspirada pela aposta nas virtudes do trabalho de autotransformação entendido como decorrente do diálogo com os outros, com os quais nos defrontamos/encontramos. Em um curso que articula ética, cidadania e realidade brasileira, essa prática se impôs a nós por entendermos que a democracia não é inteligível se afastada da “*sua própria história e da sua realização contínua*”⁶.

Em meio a novas maneiras de lidar com a desigualdade e o preconceito, cientes de que as imagens coletivas de grupo podem ter, como diz Sennet, o poder de “*paralisar nosso sentido de sociedade e de nós mesmos*”, entendemos que o exame dos pressupostos tácitos e dos quadros compartilhados de mundo que funcionam como nossas referências pode ser uma boa maneira de contribuir para a construção de narrativas partilhadas de mudança. Essa expressão, tomada de empréstimo deste autor que nos instiga a pensar, remete ao trabalho árduo de romper com imagens identitárias fixas, de rever crenças, de nos dispormos a uma adaptação

⁶ DALLMAYR, Fred. “Para além da democracia fugidia: algumas reflexões modernas e pós-modernas”. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da UnB, s.d.

interior ao mesmo tempo em que experimentamos as convulsões de diversos tipos (pessoais e sociais)⁷.

Descobrir valores compartilhados, no caso em foco, remete a uma identidade colocada em termos nacionais, podendo evocar, contudo, imagens de nação menos ou mais inclusivas. E, nesse processo, o efeito paralisante das identidades fixas pode ceder lugar ao gosto pela sua reconfiguração, podendo resultar em um conjunto de ações diversificadas, que geram controvérsias e que, por isso mesmo, abrem um campo de possibilidades.

De nossa parte, mediando o debate em classe, explicitamos nossa perspectiva relativamente à democracia racial. Entendendo-a como um mito - historicamente construído e recriado -, argumentamos no sentido de mostrar que, como tal, ele “esconde e revela” ao mesmo tempo. Ou seja, salientamos a positividade do caráter ambíguo desse mito fundador de nossa identidade nacional, que, por isso mesmo, pode também ser mobilizado na construção de uma sociedade mais tolerante, justa e democrática. Consideramos que a denúncia de seus aspectos hipócritas, que escondem a desigualdade e o preconceito, tem feito emergir novos protagonistas (alguns deles ancorados numa política de identidade franca e assumidamente racializada) na história brasileira recente, cuja força performativa pode ser vista não apenas na instituição de cotas para estudantes negros e pardos em algumas universidades brasileiras. Pois não podemos deixar de enxergar o seu papel propulsor de medidas alternativas (ou complementares), uma vez que ampliaram o debate sobre *distintas maneiras* de promover a equalização de oportunidades.

Se quisermos, podemos contar a história de outra (s) maneira (s), colocando em cena inúmeros protagonistas que integram nossas sociedades multiculturais, por exemplo, os indígenas de diversas “nações”, os nipo-brasileiros e os novos imigrantes de todos os cantos de mundo, “naturalizados” por afinidades eletivas ou por necessidade. Nós, professores de história, podemos mexer com as datas, com a periodização, com os “saberes históricos”, reafirmando ou não identidades paralisantes, do mesmo modo que podemos propiciar a construção de saberes históricos capazes enriquecer a imaginação e o repertório das novas gerações tendo em vista a objetividade fundada na solidariedade.

Levar em consideração esse aspecto talvez seja uma das maneiras de incentivar estudantes a adquirirem o gosto pelo debate de idéias e pela *pesquisa* como forma de dirimir contendas em torno da validade ou não de políticas públicas, ao invés de se alinharem, como soldados, numa “guerra de imagens” que alimenta, sim, a intolerância.

⁷ SENNET, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. São Paulo: Record, 2004.

RESUMO

O artigo descreve uma pesquisa associada à prática pedagógica em que alunos de História, dentre outros cursos de uma instituição de ensino superior de Brasília, participaram como “fonte da pesquisa” e, ao mesmo tempo, como analistas do material produzido. Incitados a participar do exercício de construir argumentos favoráveis e argumentos contrários à adoção de “cotas” para estudantes afro-descendentes em universidades brasileiras, os participantes da pesquisa tiveram oportunidade de examinar a questão discutindo os afetos, as crenças e os “saberes históricos” que ela mobiliza. Conduzida dessa forma, a experiência permitiu o exame, pelos alunos, dos pressupostos tácitos e dos quadros compartilhados de mundo que funcionam como referências para as opiniões sustentadas sobre o tema. Tanto no processo de pesquisa como em seu relato neste artigo, o objetivo é refletir sobre a produção de saberes históricos em contextos de mudanças que desestabilizam o poder simbólico dos mitos instituidores de nacionalidade.

Palavras-Chave: Cidadania; Ensino de História; Política Educacional.

ABSTRACT

This paper shows a survey associated to the pedagogical practice in which History students, among other courses of a higher education institution in Brasilia, participated as “survey source” and, at the same time, as analysts of the produced material. Instigated to participate in the drill of building arguments for and against the adoption of “quotas” for African-descendent students in Brazilian universities, the survey participants had the opportunity to examine the issue discussing the affection, beliefs and the “historical knowledge” it deploys. Conducted this way, the experiment promoted the discussion, by the students, of the tacit presuppositions, and of the shared world frames that work as reference for the sustained opinions on the subject. Both, in the survey process and in the report presented in this paper, the objective is to think over the production of historical knowledge in changing contexts, which unbalances the symbolic power of nationality instituters’s myths.

Keywords: Citizenship; History Education; Educational Politics.